

CADERNO DE ENCARGOS

N.º DO PROCESSO: 3/H/S/24

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E SEGURANÇA EM OBRA

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Cláusula 1.ª Objeto | 2 |
| Cláusula 2.ª Prestação de serviços | 2 |
| Cláusula 3.ª Duração | 3 |
| Cláusula 4.ª Local | 3 |
| Cláusula 5.ª Contrato | 3 |
| Cláusula 6.ª Preço Base | 4 |
| Cláusula 7.ª Condições de Pagamento | 4 |
| Cláusula 8.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário | 5 |
| Cláusula 9.ª Especificações Técnicas | 6 |
| Cláusula 10.ª Obrigações do Município de Ílhavo | 11 |
| Cláusula 11.ª Representação e Fiscalização | 12 |
| Cláusula 12.ª Informação e sigilo | 12 |
| Cláusula 13.ª Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato | 12 |
| Cláusula 14.ª Força maior | 13 |
| Cláusula 15.ª Seguros | 13 |
| Cláusula 16.ª Caução | 14 |
| Cláusula 17.ª Sanções Contratuais | 14 |
| Cláusula 18.ª Alterações ao Contrato | 14 |
| Cláusula 19.ª Cessão da Posição Contratual e Subcontratação | 14 |
| Cláusula 20.ª Comunicações e notificações | 14 |
| Cláusula 21.ª Contagem dos prazos | 14 |
| Cláusula 22.ª Tratamento dados pessoais | 14 |
| Cláusula 23.ª Foro competente | 15 |
| Cláusula 24.ª Legislação aplicável | 15 |

Cláusula 1.ª Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas para a **aquisição de serviços de fiscalização, coordenação e segurança em obra**, a celebrar no âmbito do procedimento de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Cláusula 2.ª Prestação de serviços

1. A prestação de serviços compreende todas as ações a desenvolver pelo adjudicatário, necessárias para atingir a completa realização da obra até à sua receção provisória, com eficiência, qualidade e ao menor custo, de acordo com o presente Caderno de Encargos, os Projetos e demais elementos contratuais, abrangendo as seguintes áreas:

- a) Gestão e Fiscalização da empreitada:
 - i.Coordenação e Fiscalização da Obra;
 - ii.Controlo do Planeamento, Custos e Quantidades;
 - iii.Controlo de Execução da Obra;
- b) Coordenação de Segurança em Obra.

2. A prestação de serviços compreende, ainda o acompanhamento na eliminação das anomalias constatadas nas vistorias realizadas, bem como as ações inerentes à elaboração da conta final da empreitada e compilação técnica.

3. As empreitadas sobre as quais incide a presente contratação de serviços apresentam as seguintes características sumarizadas no Quadro I:

| Lote | Empreitadas | Estimativa Obra | Prazo Obra (meses) | Prazo Fisc. (meses) |
|------|---|-----------------|--------------------|---------------------|
| 1 | Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo | € 3.672.662,01 | 12 | 14 |
| | Requalificação e Ampliação da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré | € 3.524.042,23 | 12 | 14 |
| 2 | Requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins | € 2.849.000,00 | 12 | 14 |
| | Requalificação da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto | € 5.199.500,00 | 12 | 14 |
| | Requalificação da Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes | € 8.451.370,05 | 14 | 16 |
| 3 | Construção de Habitação Coletiva no Lugar do Bebedouro, Gafanha da Nazaré | € 4.774.770,00 | 12 | 14 |
| | Construção de Habitação Coletiva na Gafanha da Encarnação | € 4.446.750,00 | 12 | 14 |
| | Reabilitação de Edifício para Habitação Coletiva, Gafanha da Nazaré | € 870.680,00 | 12 | 14 |

4. O procedimento de concurso público compreende 3 (três) Lotes, sendo adjudicados os Contratos de prestação de serviços separadamente de acordo com as seguintes designações:

- a) Lote 1 – Centros de Saúde – Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas de Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo e Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré;

- b) Lote 2 – Escolas – Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas de Requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins, Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes;
- c) Lote 3 – Construção de Habitação Coletiva – Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas de Construção de Habitação Coletiva no Lugar do Bebedouro e na Gafanha da Encarnação e Reabilitação de Edifício na Gafanha da Nazaré.

5. A fiscalização compreende, para além da intervenção nos edifícios, todos os trabalhos de infraestruturação dos mesmos, espaços exteriores, muros e vedações, demolições de anexos, e todos os trabalhos a ocorrer relacionados com a empreitada.

Cláusula 3.ª Duração

O contrato terá início na data da sua assinatura e termino 60 (sessenta) dias após a conclusão da última das empreitadas que compõem a prestação de serviços em cada um dos Lotes, ou até ao limite máximo de 36 meses, mantendo-se em vigor nos termos do presente Caderno de Encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4.ª Local

O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança nos locais referidos na Clausula Primeira, sites:

a) Lote 1 – Centros de Saúde:

Centro de Saúde de Ílhavo - Avenida Dr. Rocha Madaíl, Ílhavo (São Salvador).

Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré – Rua Prior Guerra, Gafanha da Nazaré.

b) Lote 2 – Escolas:

Escola Básica Professor Fernando Martins – Alameda Prior Sardo, Gafanha da Nazaré.

Escola Básica José Ferreira Pinto Basto – Rua Gabriel Ança, Ílhavo (São Salvador).

Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes – Rua da Escola Secundária, Ílhavo (São Salvador).

c) Lote 3 – Habitação Coletiva:

Construção de Habitação Coletiva, no lugar do Bebedouro, Rua Professor Filipe, Gafanha da Nazaré.

Construção de Habitação Coletiva, na Rua do Carmo, Gafanha da Encarnação.

Reabilitação de edifício na Rua Padre Manuel Bernardes, Gafanha da Nazaré.

Cláusula 5.ª Contrato

1. Os Contratos resultantes do presente procedimento serão reduzidos a escrito nos termos do artigo 94º do CCP.

2. Fazem parte integrante do Contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do presente Caderno de Encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário e os documentos de suprimento das irregularidades da proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos sobre o conteúdo do mesmo, propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.
5. A redução a escrito do Contrato será formalizada em data a acordar entre as partes.

Cláusula 6.ª Preço Base

1. Pela execução da prestação serviço e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes dos Contratos a celebrar, deve o Município de Ílhavo pagar ao adjudicatário o preço que vier a ser contratado em função da proposta adjudicada por cada Lote, os quais não podem exceder o Preço Base total do procedimento de concurso, no valor de 463.000,00 € (quatrocentos e sessenta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Não obstante o Preço Base total fixado para o procedimento, nos termos do número anterior, são fixados os seguintes Preços Base para cada um dos Lotes:
- a) Lote 1 – Centros de Saúde – Preço Base de 140.000,00 € (cento e quarenta mil euros);
 - b) Lote 2 – Escolas – Preço Base de 220.400,00 € (duzentos e vinte mil e quatrocentos euros);
 - c) Lote 3 – Habitação Coletiva - Preço Base de 102.600,00 € (cento e dois mil e seiscentos euros);
3. As despesas com deslocação, instalação, alojamento, alimentação e as demais despesas incorridas com o exercício da atividade são da responsabilidade do adjudicatário.
4. Nos termos do número 3 do artigo 47º do CCP, informa-se que a determinação dos Preço Base decorreu de acordo com os custos médios unitários de procedimentos da mesma natureza.

Cláusula 7.ª Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas com observância do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, após a receção das respetivas faturas, as quais só devem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O Município de Ílhavo obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço contratual nas seguintes condições:
- a) efetuar os pagamentos mensalmente;
 - b) o seu valor ser determinado pelo quociente do valor adjudicado de cada Lote, pelo número de meses correspondente ao prazo de execução da prestação de serviço;

- c) o primeiro pagamento ocorrer depois de efetuada a consignação da obra;
 - d) o segundo e seguintes até ao penúltimo pagamento, ocorrer no final de cada mês;
 - e) o último pagamento ocorrer após a elaboração do relatório técnico e auto de vistoria para a receção provisória da obra.
3. Em caso de discordância da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Qualquer atraso no pagamento das faturas não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato.
5. O Município de Ílhavo, dispõe de sistema de faturação por via eletrónica, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (E.D.I. - Electronic Data Interchange), em parceria com a entidade Saphety Level Trusted Services.
6. A fatura é eletrónica e emitida em nome do Município de Ílhavo (NIF 506 920 887), sita na Av. 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, onde deve constar obrigatoriamente o número de requisição/compromisso e número do contrato.

Cláusula 8.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a experiência, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar os serviços ao Município de Ílhavo, conforme as Especificações Técnicas e requisitos constantes do presente Caderno de Encargos;
 - c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato, nomeadamente, ferramentas de trabalho, (por exemplo, computadores, impressoras, telecomunicações, EPI's, economato e entre outros);
 - d) Comunicar antecipadamente ao Município de Ílhavo, logo que tenha conhecimento, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato celebrado;
 - e) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora das condições previstas no presente Caderno de Encargos;
 - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, nem utilizar as mesmas

para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registros e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- i) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato, (incluindo o licenciamento municipal relativo à ocupação do espaço público);
- j) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do Contrato;
- k) A realização de todas as exigências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e importação, bem como o pagamento das taxas ou demais encargos, (incluindo o licenciamento municipal relativo à ocupação do espaço público).

Cláusula 9.ª Especificações Técnicas

1. Sobre os serviços previstos na Cláusula segunda deverão ser cumpridas as seguintes Especificações Técnicas as quais abrangem e compreendem as seguintes prestações:

a) Coordenação Geral:

- i. Assessoria Geral ao Município de Ílhavo, no âmbito da Empreitada, englobando o planeamento e coordenação geral da obra e dos respetivos intervenientes, bem como todos os contratos necessários com as empresas de serviços e entidades licenciadoras;
- ii. Acompanhamento da elaboração de projetos, caso seja necessário, tomando providências para serem resolvidas as dificuldades que possam surgir e propor ao Município de Ílhavo, com o seu parecer, a aprovação ou rejeição dos referidos projetos;
- iii. Apreciar e informar sobre o plano de estaleiro do Empreiteiro e das demais instalações provisórias;
- iv. Apreciar e arbitrar o eventual processo de reclamação do Empreiteiro por erros e omissões do projeto;
- v. Propor, participar e secretariar as reuniões adiante referidas, com o Município de Ílhavo, os autores dos projetos, o Empreiteiro e/ou outras entidades direta ou indiretamente ligadas à Obra, a fim de analisar o andamento dos trabalhos, esclarecer dúvidas, estudar alterações, identificar problemas reais ou potenciais e encaminhar a sua resolução;
- vi. Realizar semanalmente reuniões com o Empreiteiro para analisar o desempenho deste na execução dos respetivos trabalhos, eventuais atrasos e a forma de os recuperar;
- vii. Participar em reuniões com o Município de Ílhavo, sempre que tal seja por este solicitado, para análise do andamento dos trabalhos da obra e das ações desenvolvidas pelo Adjudicatário;
- viii. Elaborar relatórios do desenvolvimento da obra e os solicitados pelo Município de Ílhavo;
- ix. Efetuar um registo fotográfico do desenvolvimento da obra;

- x. Propor atempadamente todas as iniciativas julgadas convenientes para garantir a boa evolução dos trabalhos considerando as eventuais alternativas técnicas e financeiras necessárias;
 - xi. Dar parecer sobre as propostas de realização de trabalhos a mais, a menos ou suprimento de erros e omissões;
 - xii. Atualização das estimativas das matrizes de consumos unitários, a fim de estarem disponíveis sempre que houver necessidade de as utilizar, designadamente para verificar a orçamentação dos trabalhos não previstos, mas essenciais à realização da obra;
 - xiii. Medir e controlar os trabalhos realizados a mais e a menos e proceder à estimativa dos seus valores orçamentais, utilizando as matrizes de consumos atrás referidas;
 - xiv. Elaborar relatórios referentes ao desenvolvimento dos trabalhos, às dificuldades encontradas e que se possam prever, à análise do plano de trabalhos previsto e à situação mensal e acumulada de atrasos e avanços, estatísticas de consumos, bem como pareceres sobre os eventos mais importantes (aprovação de novos preços, de trabalhos a mais ou a menos, suprimento de erros e omissões, correção de anomalias, aprovação de materiais, etc.);
 - xv. Assinar, preencher e verificar o livro de registo de obra;
 - xvi. Encaminhar para o Município de Ílhavo em termos a acordar, toda a correspondência mantida com o Empreiteiro e demais entidades intervenientes;
 - xvii. Estabelecer com o empreiteiro os calendários da consignação e da receção provisória dos trabalhos a fiscalizar, preparando os processos necessários;
 - xviii. Garantir que no estaleiro da obra estejam apenas presentes pessoas credenciadas ou autorizadas;
 - xix. Participar, como vogal, nos atos de receção provisória da obra e elaborar o respetivo auto;
 - xx. Acompanhar a execução dos trabalhos na fase de correção das situações descritas nos autos de receção provisória;
 - xxi. Elaborar a conta da empreitada, nos termos legais;
 - xxii. Preparar, acompanhar ou conduzir todas as visitas à obra julgadas necessárias por parte do Município de Ílhavo;
 - xxiii. Apoiar, do ponto de vista técnico e administrativo, em qualquer situação de contencioso ou diferendo existente, o Município de Ílhavo e o empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes nos trabalhos, relativa ao respetivo projeto de obra.
- b) Apreciação, Aprovação e Controlo do Cumprimento do Plano de Trabalhos e do Cronograma Financeiro:
- i. Analisar o plano de trabalhos e o respetivo cronograma financeiro (ou as suas alterações) propostos pelo Empreiteiro, que deverão ser elaborados de acordo com o disposto no Caderno de Encargos e dar garantias ao Município de Ílhavo que a obra será realizada nas condições do Caderno de Encargos e do Projeto, dentro dos prazos contratuais;
 - ii. Procurar estabelecer acordo com o Empreiteiro sobre as divergências que possam existir sobre o plano de trabalhos e cronograma financeiro sem deixar esgotar o prazo legal;
 - iii. Proceder mensalmente à comparação do realizado e do planeado, evidenciando os avanços e os atrasos da obra parcelares, incluindo mapas de produção por artigo e atividade;

- iv. Notificar o Empreiteiro no caso de se verificarem atrasos, obrigando-o a apresentar o reforço dos meios necessários, ou em alternativa, as medidas que irá tomar, dando conhecimento do facto ao Município de Ílhavo;
 - v. Usar os meios que a lei lhe confere, se a resposta do Empreiteiro à notificação referida no número anterior não for satisfatória ou se os atrasos continuarem, sempre com o conhecimento do Município de Ílhavo.
- c) Controlo da Qualidade de Execução:
- i. Analisar e informar sobre os processos construtivos, sobre a qualidade dos materiais e equipamentos que o Empreiteiro pretenda utilizar. Sempre que julgue necessário, deverá recorrer a ensaios de controlo;
 - ii. Analisar e informar o plano de controlo da qualidade proposto pelo Empreiteiro;
 - iii. Participar na realização dos ensaios levados a cabo pelo Empreiteiro, previstos nas especificações técnicas do Caderno de Encargos e o estipulado no Contrato da Empreitada, respeitando as leis e os regulamentos em vigor;
 - iv. Acompanhar o comportamento dos trabalhos executados e atuar quando detetar deficiências ou vícios de construção;
 - v. Providenciar para que sejam elaborados todos os desenhos das alterações introduzidas no projeto durante a obra, quer pelo Projetista, quer pelo Empreiteiro;
 - vi. No final da obra, controlar, verificar e aprovar as telas finais entregues pelo Empreiteiro;
 - vii. No final da obra, proceder à Compilação Técnica com a entrega de toda a documentação.
- d) Controlo dos Custos da Empreitada e das Quantidades de Trabalho:
- i. Nos termos do Código de Contratação Pública deve a Fiscalização controlar os custos da empreitada, propondo atempadamente ao Município de Ílhavo as medidas necessárias ao cumprimento do estipulado, tendo em atenção os limites fixados;
 - ii. Proceder, mensalmente, à medição dos trabalhos executados (contratuais, complementares ou a menos ou suprimento de erros e omissões), tendo em vista a elaboração dos autos de medição que deverão ser apresentados ao Município de Ílhavo nos primeiros cinco dias úteis do mês seguinte ao mês a que se refere o auto;
 - iii. Procurar resolver com o Empreiteiro as divergências que haja quanto às medições e se o acordo não for possível, comunicar imediatamente ao Município de Ílhavo;
 - iv. Determinar os pagamentos devidos ao Empreiteiro com base nas medições dos trabalhos executados;
 - v. Controlar e apreciar todas as faturas emitidas pelo Empreiteiro da obra, propondo ao Município de Ílhavo a sua aprovação ou rejeição, incluindo a análise de novos preços que deverão ser comunicados ao Município de Ílhavo, para efeitos de aprovação, bem como das revisões de preços, garantias e retenções;
 - vi. Definir os trabalhos a mais executados, os previstos e não previstos no Caderno de Encargos da Empreitada;
 - vii. Fundamentação adequada e devidamente sustentada relativamente a preços novos no âmbito de trabalhos a mais ou trabalhos de suprimento de erros e omissões;
 - viii. Verificação do cumprimento dos limites legais à execução de trabalhos a mais e de suprimento de erros e omissões;

- ix. Elaborar a conta corrente, bem como as previsões mensais de devolução do pagamento a efetuar ao Empreiteiro da obra, submetendo-a à aprovação do Município de Ílhavo;
 - x. Calcular a revisão de preços de acordo com a legislação;
 - xi. Elaborar a conta final da empreitada dentro dos prazos legais.
- e) Controlo da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho:
- i. Assegurar a função de Coordenador de Segurança, que desenvolve a função de Coordenador de Segurança e Saúde em Obra, de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2003.
 - ii. Elaborar a comunicação de início de trabalhos para envio à entidade competente;
 - iii. Validar o Plano de Segurança e Saúde, bem como o do PPGRCD (Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição);
 - iv. Zelar pelas condições de segurança da obra e do pessoal que nela trabalha ou de quem, devidamente autorizado, a visita;
 - v. Acompanhar e controlar todas as condições de segurança dos trabalhos da obra, propondo atempadamente todas as medidas julgadas pertinentes;
 - vi. Elaborar um auto de notícia logo que tenha conhecimento de algum incidente e um auto de inquérito através do qual se apure as causas ou danos humanos e/ou materiais sofridos;
 - vii. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança e higiene no trabalho, tendo por objeto a prevenção de acidentes de trabalho e as doenças profissionais;
 - viii. Em caso de incumprimento das regras e/ou condições de segurança, elaborar relatório correspondente;
 - ix. Em termos gerais deve cumprir e fazer cumprir o estabelecido na legislação aplicável à Construção, relativa a Segurança, Higiene e Saúde, Ruído, Resíduos e Ambiente.
- f) Assistência Complementar:
- i. Vistoria para efeitos de receção provisória dos trabalhos, com elaboração do respetivo relatório técnico e auto;
 - ii. Apoio sistemático e sempre que requerido pelo Município de Ílhavo, na assistência em todos os eventos surgidos nos três meses seguintes à receção provisória da Empreitada;
 - iii. Vistorias, para efeitos de restituição da caução, com elaboração do respetivo relatório técnico e auto;
 - iv. Verificação e emissão de notas técnicas acerca das eventuais correções de deficiências detetadas na receção provisória da Empreitada e que o Empreiteiro execute posteriormente aquele ato;
 - v. Assistência ao Município de Ílhavo caso surja alguma anomalia no desenvolvimento dos trabalhos, com a elaboração dos autos (de suspensão, de multa, de abandono de obra), bem como, em caso de rescisão, levantamento da situação real dos trabalhos executados, elaboração de um mapa dos trabalhos por executar à data da rescisão, com indicação das respetivas quantidades e assistência à posse administrativa;
 - vi. Apoiar o Município de Ílhavo na prestação de eventuais esclarecimentos, no âmbito de ações de auditoria quanto ao desenvolvimento da obra, seus imprevistos e soluções adotadas;
 - vii. Fiscalização e controlo da empreitada;
 - viii. Coordenação de segurança em obra;

ix. Gestão do sistema de informação da empreitada.

2. Para a prestação de serviços objeto do presente Caderno de Encargos, deverão ser também cumpridas as seguintes Especificações Técnicas:

a) Cada Equipa, deverá ter um mínimo de 4 (quatro) elementos fixos, para os LOTES 1 e 2, e deverá ter um mínimo de 2 (dois) elementos fixos para o LOTE 3, devendo ser complementada por elementos de quaisquer outras especialidades quando necessário, sendo requerido:

xxiv. Diretor de Fiscalização de obra - Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil com inscrição na Ordem dos Engenheiros ou na Ordem dos Engenheiros Técnicos, com pelo menos com 10 anos de experiência em obras da mesma natureza;

xxv. Fiscal de Obra - com inscrição na Ordem dos Engenheiros ou na Ordem dos Engenheiros Técnicos, com pelo menos com 3 anos de experiência em obras da mesma natureza;

xxvi. Coordenador de Segurança em Obra - elemento com competências, formação e experiência, na área de higiene e segurança no trabalho, com nível 6;

xxvii. Responsável das Instalações Elétricas, Telefónicas e Segurança - Engenheiro Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletromecânico, com experiência comprovada no mínimo de 5 anos em obras da mesma natureza;

xxviii. Responsável das Instalações Mecânicas - Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Técnico Mecânico ou Engenheiro Técnico Eletromecânico, com experiência comprovada no mínimo de 5 anos em obras da mesma natureza;

b) O Quadro 2 apresenta a afetação de tempo requerida à Equipa em cada Lote/Operação:

| Lote | Operação | Prazo (Meses) | Fiscal | Diretor | C.S.O | Especial. |
|----------------------------|--|---------------|--------|---------|-------|-----------|
| Lote 1 Centros de Saúde | Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo | 12 | 100% | 25% | 50% | 50% |
| | Requalificação e Ampliação da Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré | 12 | 100% | 25% | 50% | 50% |
| Lote 2 Escolas | Requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins | 12 | 100% | 30% | 30% | 25% |
| | Requalificação da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto | 12 | 100% | 30% | 30% | 25% |
| | Requalificação da Escola Secundária | 14 | 100% | 40% | 40% | 50% |

| Lote | Operação | Prazo (Meses) | Fiscal | Diretor | C.S.O | Especial. |
|------------------------------|---|---------------|--------|---------|--------|-----------|
| | Doutor João Carlos Celestino Gomes | | | | | |
| Lote 3 Habitação Coletiva | Construção de Habitação Coletiva no Lugar do Bebedouro, Gafanha da Nazaré | 12 | 70% | | 33,33% | |
| | Construção de Habitação Coletiva na Gafanha da Encarnação | 12 | 100% | | 33,33% | |
| | Reabilitação de Edifício para Habitação Coletiva, Gafanha da Nazaré | 12 | 30% | | 33,33% | |

c) O Fiscal de obra deverá estar presente na obra, a tempo inteiro ou parcial, conforme afetação prevista na tabela superior, devendo ser assegurada a sua substituição integral em caso de férias, doença ou outro motivo de ausência.

Os restantes elementos deverão assegurar uma afetação de tempo de acordo com o Quadro 2, constante da alínea anterior.

A afetação de tempo pelas Especialidades Elétricas, Mecânicas, e outras que se revelem necessárias deverá ser gerida de acordo com o faseamento da obra.

O Diretor de Fiscalização em Obra, quando não esteja prevista uma afetação de tempo a 100%, deverá manter-se sempre disponível e contactável em horário laboral. É obrigatório a presença do Diretor de Fiscalização nas reuniões de obra.

No início da obra, em articulação com o empreiteiro e com o Município de Ílhavo e face à calendarização da obra, será definida a presença semanal do Diretor de Fiscalização em obra e do Coordenador de Segurança em Obra e as fases críticas de presença na obra dos Responsáveis pelas Instalações Elétricas e Mecânicas.

3.A aquisição de serviços objeto do presente Caderno de Encargos é prestada no exercício da atividade da respetiva empresa por profissionais qualificados e dependentes desta.

Cláusula 10.ª Obrigações do Município de Ílhavo

Constituem obrigações do Município de Ílhavo:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

- b) Facultar os elementos e esclarecimentos necessários à prestação de serviços que estejam ao seu alcance, mediante solicitação do adjudicatário;
- c) Acompanhar a prestação de serviços sugerindo as alterações que entenda convenientes;
- d) Aprovar os resultados dos trabalhos associados à prestação dos serviços que integram o objeto e que estão definidos nas Especificações Técnicas.

Cláusula 11.ª Representação e Fiscalização

1. Sem prejuízo dos deveres decorrentes do exercício da atividade profissional, o Município de Ílhavo dispõe dos poderes de fiscalização técnica, financeira e jurídica sobre o modo de execução do Contrato, por forma a poder determinar as necessárias correções e aplicar as devidas sanções.
2. A fiscalização limita-se a aspetos que se prendem com o modo como o Contrato é executado, e será feita através da realização de reuniões mensais de colaboração e coordenação, a fim de se obter informação e documentação sobre a execução das prestações do objeto contratual.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, qualquer das partes poderá solicitar, com a devida antecedência e por escrito, a realização de reuniões extraordinárias.
4. No Contrato o Município de Ílhavo indicará a identificação do Gestor de Contrato que, sem prejuízo de outros interlocutores, exercerá o respetivo poder de fiscalização do contrato.

Cláusula 12.ª Informação e sigilo

1. O adjudicatário deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao adjudicatário o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
3. O contraente público e o adjudicatário guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 13.ª Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º nº 2 do CCP, o Adjudicatário obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo (para os contratos cujo prazo seja superior a um ano), devendo para o efeito assinar a declaração constante no programa de procedimento **(ANEXO IV)**.
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato de aquisição de serviços.

Cláusula 14.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguros de acidentes de trabalho;
 - b) Seguros de Responsabilidade Civil cujas coberturas abranja todo o pessoal afeto à prestação de serviços.
2. O Município de Ílhavo pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

Cláusula 16.ª Caução

Não é exigível a prestação de caução, em virtude de o preço a contratualizar em cada um dos Lotes ser inferior a 500.000,00 €, de acordo com o estipulado no nº 2, do artigo 88º do CCP.

Cláusula 17.ª Sanções Contratuais

Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de sanção pecuniária, entre 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do preço contratual, em função da gravidade do incumprimento.

Cláusula 18.ª Alterações ao Contrato

1. O Contrato poderá ser modificado com os fundamentos e limites previstos nos artigos 312º e 313º do CCP.
2. As prestações complementares regem-se pelos artigos 370.º a 381.º do CCP, por remissão do artigo 454º do CCP.

Cláusula 19.ª Cessão da Posição Contratual e Subcontratação

1. Não é permitida a cessão da posição contratual ou a subcontratação, salvo autorização expressa por parte do Município de Ílhavo.
2. Na circunstância de se verificar a cessão da posição contratual ou a subcontratação, a mesma obedecerá ao disposto nos artigos 316º a 324º do CCP.

Cláusula 20.ª Comunicações e notificações

1. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª Tratamento dados pessoais

1. As Partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016 –, e demais legislação que lhes seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

2. Para efeitos da execução e prestação por parte da entidade adjudicatária dos serviços que lhe forem adjudicados nos termos e condições gerais do Caderno de Encargos e que neste se encontram melhor descritos, a entidade adjudicatária irá ter acesso a tratar dados pessoais pelos quais o Município de Ílhavo é responsável pelo tratamento.

3. As Partes comprometem-se a celebrar, no prazo de 30 dias após a adjudicação, um Acordo para o Tratamento de Dados Pessoais, em conformidade com o Artigo 28.º, n.º 3 do RGPD, o qual irá regular as operações de tratamento de dados pessoais realizadas ao abrigo do Contrato, e estabelecer as condições para a execução dos referidos tratamentos por conta do Município de Ílhavo, bem como as obrigações de cada uma das Partes, sendo que toda e qualquer operação de tratamento de dados pessoais a efetuar pela entidade adjudicatária é realizada apenas e exclusivamente para os fins constantes dos serviços adjudicados ao abrigo do Contrato e do Caderno de Encargos.

4. O Acordo para o Tratamento de Dados Pessoais a celebrar entre as Partes será parte integral e inseparável deste Contrato e prevalecerá no que respeita a questões relacionadas com o tratamento de dados pessoais.

Cláusula 23ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 24.ª Legislação aplicável

Em tudo o que o Caderno de Encargos for omissivo, ao contrato a celebrar aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

Dr. João António Filipe Campolargo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.